

## CAMPONESES DA BORBOREMA: UMA HISTÓRIA DE RESILIÊNCIA, ORGANIZAÇÃO E VISÃO DE FUTURO

Márcio Caniello<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0003-2765-9393>

### RESUMO

Este trabalho visa, primeiramente, reportar a trajetória histórica da resiliência camponesa no Compartimento da Borborema – conglomerado de territórios rurais situado no estado da Paraíba – propiciada pela formação de um “capital social” vigoroso resultante, por um lado, de sua reconfiguração organizativa anos 1970/1980, sob os influxos do “novo sindicalismo” e, por outro, devido aos processos de conversão produtiva em que se envolveram e protagonizaram nos anos 1990/2000, especialmente a adoção do paradigma da “convivência com o semiárido” e a implementação da “transição agroecológica”. Em segundo lugar, procura-se demonstrar que essa dialética revelou a visão de futuro dos camponeses da Borborema, pois estes viriam a acessar de maneira particularmente eficaz o conjunto de políticas públicas inovadoras implementado pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), particularmente o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Palavras-chave: Campesinato. Agricultura Familiar. Agroecologia. Desenvolvimento Rural. Política Territorial.

### PEASANTS OF BORBOREMA: A STORY OF RESILIENCE, ORGANIZATION AND VISION OF THE FUTURE

#### ABSTRACT

This work aims, firstly, to report the historical trajectory of peasant resilience in the Borborema Compartment – a conglomerate of rural territories located in the state of Paraíba – propitiated by the formation of a vigorous “social capital” resulting, on the one hand, from its organizational reconfiguration in the 1970s/1980s, under the influxes of the “new syndicalism” and, on the other hand, due to the processes of productive conversion in which they were involved and played a leading role in the 1990s/2000s, specially the adoption of the paradigm of “coexistence with the semi-arid” and the implementation of the “agroecological transition”. Secondly, it seeks to demonstrate that this dialectic revealed the vision of the future of the peasants of Borborema, since they would come to access in a particularly effective way the set of innovative public policies implemented by the governments of Luís Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff (2003-2016), particularly the National Program for Sustainable Development of Rural Territories (PRONAT).

Keywords: Peasantry. Family Farming. Agroecology. Rural Development. Territorial Policy.

### CAMPESINOS DE BORBOREMA: UNA HISTORIA DE RESILIENCIA, ORGANIZACIÓN Y VISIÓN DE FUTURO

#### RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo, en primer lugar, informar sobre la trayectoria histórica de la resiliencia campesina en el Compartimento de Borborema – conglomerado de territorios rurales ubicados en el estado de Paraíba – propiciada por la formación de un vigoroso “capital social” resultante, por un lado, de su reconfiguración organizativa en las décadas de 1970/1980, bajo la afluencia del “nuevo sindicalismo” y, por otro lado, debido a los procesos de conversión productiva en los que estuvieron involucrados y desempeñaron un papel protagónico en los años 1990/2000,

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Antropologia da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [caniello@ufcg.edu.br](mailto:caniello@ufcg.edu.br).

especialmente la adopción del paradigma de "convivencia con lo semiárido" y la implementación de la "transición agroecológica". En segundo lugar, busca demostrar que esta dialéctica reveló la visión del futuro de los campesinos de Borborema, ya que llegarían a acceder de manera particularmente efectiva al conjunto de políticas públicas innovadoras implementado por los gobiernos de Luís Inácio Lula da Silva y Dilma Rousseff (2003-2016), particularmente el Programa Nacional de Desarrollo Sostenible de los Territorios Rurales (PRONAT).

Palabras clave: Campesinado. Agricultura Familiar. Agroecología. Desarrollo Rural. Política Territorial

## INTRODUÇÃO

A presença camponesa na Paraíba é antiga, pois as primeiras formas do que hoje conceituamos como “agricultura familiar” (Wanderley, 2009, p. 185ss) teriam surgido na Capitania Real no final do século XVI, associadas à monocultura da cana-de-açúcar e voltadas à produção de víveres (Targino; Moreira, 2020, p. 134). Contudo, a *campesinização*<sup>2</sup> do espaço agrário paraibano para além da Zona da Mata teve o seu início no limiar do século XVIII, como de resto em todo o “Nordeste oriental” (Palacios, 1987, p. 327), a partir de três vertentes relacionadas à dinâmica da agroindústria açucareira, “nervo e substância” da economia do Brasil colonial, nas palavras de Brandônio (Brandão, 1997 [1618], p. 86).

Em primeiro lugar, a expulsão pelo latifúndio açucareiro dos pequenos produtores de alimentos que nele orbitavam em decorrência da queda internacional dos preços do açúcar e, conseqüentemente, a necessidade de expansão da cultura (Palacios, 1987, p. 335-7). Em decorrência da pressão fundiária, uma grande massa de cultivadores familiares transferiu-se para o Agreste, onde se desenvolveria uma “agricultura de subsistência complementada pelo criatório voltado para o autoconsumo” (Targino; Moreira, 1997, p. 80).

Em segundo lugar, e pela mesma razão, a administração régia proibiu a criação de gado na zona canavieira em 1701 (Targino; Moreira, 1997, p. 67), empurrando essa atividade para a extensa hinterlândia semiárida paraibana, até então inexplorada, onde se desenvolveria outro segmento do campesinato, formado por escravos e “pobres livres” que acompanharam os criadores de gado, bem como pelos indígenas que sobreviveram à política de extermínio promovido pela Coroa Portuguesa (Puntoni, 2002, p. 17). Era a chamada “frente de expansão pecuária” (Furtado, 1970, p. 59), que disseminou os latifúndios de criação de gado no semiárido nordestino, onde se desenvolveria a pequena produção de alimentos na forma da “morada” nas partes mais inóspitas das fazendas, o que ocorreu no Sertão e Cariri paraibanos (Moreira; Targino, 1997, p. 77). Capistrano de Abreu, que viu nessa dinâmica o surgimento de uma “Civilização do Couro” nos sertões do Nordeste (Abreu, 1988,

---

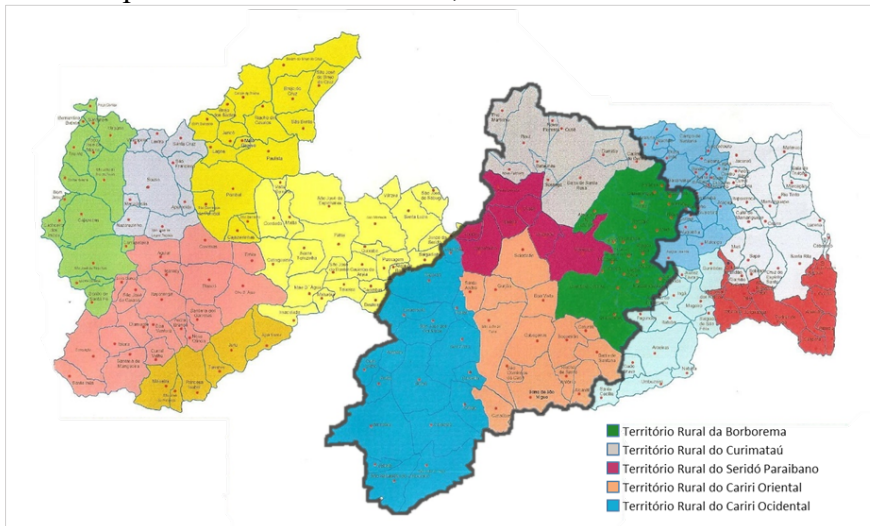
<sup>2</sup> Tomamos como referência teórica neste trabalho o conceito de “condição camponesa” como uma “definição abrangente” do campesinato (Ploeg, 2008, p. 39-51), admitindo, portanto, que “a condição camponesa representa um fluxo através do tempo” (Idem, p. 52), o qual se configura por processos de *campesinização*, *descampesinização* e *recampesinização* (Idem).

p. 170), registra que “depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia-se assim fundar fazenda por sua conta” (Idem). Pensamos que o sistema de “morada” e o sistema da “quarta cria” estão na origem mais remota da minifundiarização que caracteriza o espaço agrário paraibano atualmente (Targino; Moreira, 2020, p. 136; Caniello, 2022, p. 84).

Finalmente, no mesmo período processa-se a formação de um “protocampesinato negro” nas “brechas” do sistema escravista da agroindústria canavieira nordestina (Cardoso, 2004), seja pela concessão de lotes aos escravos destinados à produção de gêneros para a sua própria subsistência (Idem, p. 95), seja pelo estabelecimento de quilombos nas áreas mais remotas, cuja história ainda precisa ser registrada (Fortes; Lucchesi, 2013, p. 48), mas que hoje resistem em 36 assentamentos espalhados por todo o Estado (Banal, 2013, p. 36).

Essas três vertentes convergiram na formação da pequena propriedade camponesa no chamado “Compartimento da Borborema” – que compreende os Territórios Rurais da Borborema, Cariri Ocidental e Oriental, Seridó paraibano e Curimataú<sup>3</sup> (Figura 1) – *locus* de nossa análise, onde, a partir do final do século XIX, ocorreram processos de *descampesinização* e *recampesinização* (Piraux; Miranda, 2010), mas também onde o campesinato demonstrou uma notável resiliência, que levaria ao seu predomínio atual nesse espaço agrário<sup>4</sup>.

Figura 1: Compartimento da Borborema, entre os Territórios Rurais da Paraíba



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

<sup>3</sup> Esses “Territórios”, formados por conjuntos de municípios agrupados por características identitárias comuns e a implantação de colegiados participativos paritários compostos por representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipais, foram definidos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), política pública implementada pelo Governo Federal através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre os anos de 2003 e 2016. Para um balanço do PRONAT, conferir Piraux; Caniello, 2019.

<sup>4</sup> De fato, Landau et al. (2013) apuraram que a densidade de estabelecimentos familiares (razão entre o número de estabelecimentos familiares e a área do município) na Paraíba é, no geral, bastante alta e, inclusive, das 20 microrregiões mais densas do Brasil, todas na Região Nordeste, seis são paraibanas, três delas situadas no Compartimento da Borborema (microrregiões de Campina Grande, Esperança e Curimataú Oriental) (Landau et al., 2013, p. 24).

Entendemos que a resiliência camponesa no Compartimento da Borborema deveu-se, fundamentalmente, à reconfiguração organizativa desse setor social na virada dos anos 1970/1980 sob os influxos do “novo sindicalismo”, aos aliados que ele foi capaz de angariar a partir de então e aos processos de conversão produtiva construídos nos quadros dessa relação, notadamente a “transição agroecológica” (Caporal; Costabeber, 2000). Em decorrência disso, os camponeses da Borborema acumularam um relevante “capital social” (Putnam, 2006; Caniello *et al.*, 2012), que os habilitou a acessarem de maneira particularmente eficaz as políticas públicas que viriam a potencializar e dar sustentabilidade ao seu “empoderamento” econômico, social e político a partir do início dos anos 1990, cujos principais marcos são a universalização da aposentadoria rural, a implementação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e o conjunto de políticas e programas implementados pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), particularmente o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Daí, a visão de futuro dos camponeses da Borborema.

Este trabalho visa, em primeiro lugar, reportar a trajetória histórica da reconfiguração político-social do campesinato da Borborema, a partir de informações compulsadas em estudos coevos das décadas de 1980 e 1990, particularmente dissertações defendidas no legendário “Mestrado em Sociologia Rural”, atual PPGCS da UFCG. O segundo objetivo é reconstituir, também a partir de fontes secundárias, como se processou o “encontro” desse campesinato organizado com o paradigma da convivência com a seca e com a Agroecologia. Finalmente, intenta-se analisar a interação do “capital social” mobilizado pelas organizações do Compartimento da Borborema com as políticas públicas implementadas pelos Governos Lula e Dilma Rousseff (2003-2016), particularmente no âmbito do PRONAT, utilizando dados levantados em campo entre os anos de 2010 e 2017<sup>5</sup> e informações oficiais sobre essas políticas.

## A RECONFIGURAÇÃO ORGANIZATIVA

Na virada dos anos 1970/1980, o movimento sindical brasileiro retomava o seu protagonismo político no contexto adverso da ditadura militar implantada em 1964, caracterizado por casuísmo jurídico, repressão violenta às organizações populares e cooptação pelo governo de lideranças colaboracionistas, os chamados “pelegos”. O Brasil passava pela “abertura política lenta, gradual e segura” do general-presidente Geisel e a classe trabalhadora, justificadamente impaciente com o

---

<sup>5</sup> Projeto de Pesquisa *Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Evolução e Qualidade dos Resultados do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PDSTR no Território da Borborema (Paraíba)* - Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais Nº 05/2009 e Projeto de Pesquisa e Extensão *Acompanhamento, assessoramento e monitoramento das instâncias de gestão social dos Territórios da Borborema, Curimataú e Seridó paraibano (Paraíba)* – Edital CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014.

autoritarismo e a crescente deterioração de suas condições de vida, pressionava o regime de exceção e o patronato que com ele se beneficiava. Surgia ali o chamado “novo sindicalismo” (Ladosky; Vêras de Oliveira, 2014), que teria o seu ponto de inflexão nas massivas greves dos metalúrgicos do ABC paulista lideradas por Luís Inácio Lula da Silva a partir de 1978.

O chamado movimento pela renovação sindical que ocorria nas cidades se refletia no campo (Favareto, 2006), inclusive na Paraíba (Bertolazzi, 1989), notadamente no Compartimento da Borborema, onde ele se expressaria em duas vertentes principais: na área canavieira do Brejo e no “Agreste de Campina Grande” – onde havia um grande contingente de trabalhadores rurais submetidos ao jugo dos senhores de engenho e usineiros, cuja crise produzia uma crescente onda de desempregados; e no Cariri paraibano, onde predominavam posseiros, moradores, arrendatários e, em menor escala, pequenos produtores sob a órbita da grande propriedade. Em ambos espaços agrários imperavam as oligarquias proprietárias e seus acólitos que, sustentadas pela ditadura militar e secundadas pelo aparato repressivo do Estado, haviam dizimado, nos anos 1960, as Ligas Camponesas (Carneiro; Ciocari, 2011, p. 27), o primeiro movimento de articulação política dos trabalhadores rurais na Paraíba.

No Brejo e no Agreste, a principal aliada dos trabalhadores rurais na construção do “novo sindicalismo” na década de 1980 foi a Igreja Católica – então dirigida por D. José Maria Pires, bispo progressista vinculado à Teologia da Libertação – por meio das Comissões Eclesiais de Base (CEBs) nucleadas pelas dioceses de João Pessoa, Guarabira e Campina Grande (Bertolazzi, 1989, p. 63), cidades que polarizavam as principais áreas de conflitos agrários e de atuação do sindicalismo rural no estado, então com 64 Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) implantados (Bertolazzi, 1989, p. 132).

No Compartimento da Borborema, os camponeses conquistariam outro aliado: professores de extração marxista contratados em meados dos anos 1970 para trabalharem nos departamentos de Economia e de Sociologia e Antropologia da UFPB, Campus II (atualmente UFCG), muitos deles voltando do exílio e outros tantos saindo do ostracismo forçado pelo regime de exceção. Esses docentes fundariam os Cursos de Mestrado em Economia e Sociologia Rural em 1977 (Cf. Caniello, 2003), onde, paralelamente às suas atividades regulares de ensino e pesquisa, se engajariam num intenso trabalho de assessoria sindical, capacitação e formação de lideranças camponesas e de quadros de apoio aos movimentos sociais do campo (Novaes, 2003, p. 133), através do “Grupo de Estudo e Assessoria Sindical” (Bertolazzi, 1989, p. 92), em um “momento acentuado de lutas e mobilizações” (Bastos, 2010, p. 40). De fato, a relação entre o Mestrado em Sociologia Rural (CMS), camponeses, suas organizações e aliados era bastante orgânica, como testemunha uma professora contemporânea aos fatos:

Tivemos defesas de dissertações nas comunidades em que o trabalho de campo tinha acontecido. Lembro bem de uma que ocorreu em Lagoa Seca, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais [cujas] janelas estavam cheias de trabalhadores que ficavam lá olhando o que acontecia, fazendo comentários, batendo palmas e interrompendo” (Duqué, 2003, p. 136).

Esse contexto de íntima interação entre os camponeses, suas organizações e a universidade tinham dois outros elementos fundamentais. De um lado, a cooperação franco-brasileira – inaugurada em 1979 por meio de um convênio firmado nos quadros do Acordo CAPES/COFECUB entre a UFPB e a Universidade Paris X (Nanterre) envolvendo professores e alunos dos Cursos de Mestrado recém fundados e o grupo de pesquisa liderado pelo professor Marcel Jollivet, apoiado pelo CNRS<sup>6</sup>. De outro lado, Organizações Não Governamentais (ONGs), como o Serviço de Educação Popular (SEDUP) – ONG criada em 1981 por militantes das CEBs de Guarabira que atuavam na região do Brejo paraibano assessorando sindicatos e movimentos sociais, muitos deles alunos do CMS (Novaes, 2003, p. 132). Segundo Regina Novaes, uma das mais atuantes professoras na época, o SEDUP foi a “parceria mais constante” do CMS na assessoria sindical (Idem). Outra interação importante foi realizada com o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC) – ONG criada em 1971 por religiosos da Congregação Redentorista sediados em Campina Grande e originalmente voltada para a melhoria das condições de habitação das populações carentes urbanas – que, em 1979, muda o foco de suas ações, para o desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas de convivência com a seca em comunidades camponesas das microrregiões do Cariri, Curimataú e Seridó (Mello, 1995, p. 24), ONG essa ainda hoje atuante, que em 1980 passou a contar com a colaboração da professora Ghislaine Duqué, então recém-contratada pela UFPB e do corpo docente do CMS, que a coordenaria por muitos anos.

Assim, durante a década de 1980, o CMS nucleava uma dinâmica que articulava dois processos. Por um lado, uma produção acadêmica “significativa” (CAPES, 1985, *apud* Caniello, 2003, p. 113) em torno de “acalorados debates [sobre] o futuro da pequena produção agrícola” (Novaes, 2003, p. 133), produção acadêmica essa potencializada pela cooperação franco-brasileira através da capacitação de professores (Duqué, 2003, p. 136), da realização de missões de trabalho bilaterais no Brasil e na França, da promoção de eventos e da publicação de trabalhos científicos, não raro inovadores sobre a temática (Piraux; Caniello, 2009, p. 7); por outro lado, uma interação orgânica entre professores e pesquisadores (brasileiros e franceses), alunos, camponeses, trabalhadores rurais, lideranças sindicais, movimentos sociais do campo, ONGs e os mais diversos ativistas da “questão agrária” na Paraíba que para Campina Grande afluíam. Esse processo interativo contribuiu decisivamente para a “renovação sindical” em duas áreas estratégicas para o “novo sindicalismo

---

<sup>6</sup> A cooperação franco-brasileira perduraria até o encerramento da parceria entre o PPGCS da UFCG, sucedâneo do Curso de Mestrado em Sociologia Rural, e o CIRAD, entre os anos de 1998 e 2010.

rural” articulado pela CUT/PB desde sua fundação em 1984: o Brejo paraibano – que também recebia o apoio de docentes do Campus de João Pessoa da UFPB – e o então denominado “Agreste de Campina Grande”, onde havia um total de 39 STRs instalados, nada menos do que 31 deles “renovados” – ou, no mínimo, “sacudidos” – pela ação das “oposições sindicais” cutistas no final da década de 1980 (Bertolazzi, 1989, p. 127-132).

No Cariri, a dinâmica da renovação sindical foi diferente. Lá, a interação com a Igreja Católica foi mais pontual e menos institucional, pois deu-se através do apoio de alguns padres “progressistas” e não das CEBs. Ali, o processo foi desencadeado “por dentro” da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado Paraíba (FETAG/PB), a partir do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, um dos três primeiros a serem criados na região (Bertolazzi, 1989, p. 246) que, ao contrário dos outros dois ali então estabelecidos, nasceu “autêntico”, pois foi fundado em 1974 por Luiz Silva, “trabalhador alugado de sandália nos pés” (Batista, 1997, p. 41). De fato, a luta pelo reconhecimento do sindicato junto ao Ministério do Trabalho foi longa e árdua (Idem, p. 55-63), pois supostamente o STR teria sido denunciado ao Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência da ditadura militar, como “contra a Revolução de 1964” (Idem, 61). Seja como for, o STR de São Sebastião do Umbuzeiro seria oficializado em 1978 e, mesmo antes de sua homologação, a diretoria do sindicato articulava a criação de outros cinco STRs na região alinhados com a sua política, inclusive em Monteiro, o maior e mais importante município da região (Idem, p. 65ss).

Em virtude de sua combatividade à frente do sindicato e postura crítica nos eventos da FETAG, em 1980 Luiz Silva foi convidado – juntamente com Margarida Maria Alves e outras (poucas) lideranças proeminentes do sindicalismo rural paraibano da época (Ferreira, 2010, p. 86) – a participarem em Olinda (PE) da fundação do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), ONG idealizada pelo legendário líder camponês Manoel da Conceição quando ele voltou do exílio, a qual, em suas palavras, “ajudou a construir a CUT” (FGV, 2006, p. 14). O CENTRU era uma organização nacional e tinha uma sucursal na Paraíba constituída por sindicalistas e que contava com a assessoria de professores da UFPB de João Pessoa (Batista, 1997, p. 137; Ferreira, 2010, p. 18), sendo um aliado importante das lideranças sindicais “autênticas” na construção da CUT/PB (Batista, 1997, p. 147) e das “oposições sindicais” que renovaram os STRs na década de 1980, notadamente no Cariri, onde coordenou a criação de um Polo Sindical, centralizado em São Sebastião do Umbuzeiro (Idem, p. 150). Para se ter uma ideia da importância do movimento sindical rural do Cariri paraibano na época, Luiz Silva compõe a primeira diretoria nacional da CUT como um dos representantes da Paraíba (Idem, p.145) e, em 1984, é eleito como vice-presidente para a Região Nordeste da central sindical (Idem, p. 146).

Assim, no limiar dos anos 1990, o Compartmento da Borborema contava com lideranças “autênticas” na direção de sindicatos “renovados” interagindo democraticamente com as suas bases

crescentemente participativas nas diversas pautas de reflexão e luta que os movimentavam (Bastos, 2010, p. 40), os quais – lideranças, sindicatos e bases – contavam com a assessoria de ONGs e da universidade, não raro apoiadas pela cooperação internacional. Seria esse o fértil *background* que ambientou o “encontro” dos camponeses da Borborema com a Agroecologia nos anos 1990 e, posteriormente, com as políticas públicas federais inovadoras na primeira década e meia do século XXI.

## A CONVERSÃO PRODUTIVA

No início da década de 1990, a centenária ideologia do “combate às secas” que orientara as políticas públicas para o Semiárido nordestino desde a fundação da Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909 – posteriormente rebatizado de IFOCS (1919) e DNOCS (1945) – começava a ruir diante de uma nova concepção, “a convivência com a seca”, originalmente proposta num documento produzido pela EMBRAPA e a EMBRAER em 1982 (Silva, 2008, p. 71). Os limites deste artigo não nos permitem aprofundar como essa ideia se disseminou no meio acadêmico e na sociedade civil organizada, mas o fato é que, em 1993, quando mais uma seca fustigava a região, “centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da SUDENE em Recife exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população” (Duqué, 2008, p. 135-136), ato público que engendrou a criação do “Fórum Nordeste”, formado por mais de 300 entidades, cujo manifesto, pautado pela ideia do “desenvolvimento sustentável” (Idem) defendia que “a convivência do homem com a semiaridez pode ser assegurada [com] medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas e gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública” (*apud* Diniz, 2002, p. 44). Pode-se afirmar, seguramente, que esse é o grande marco da inflexão ideológica, estratégica e tática da sociedade civil organizada do Semiárido brasileiro em direção a um processo de transformação econômica, social, ecológica e cultural vinculado à “transição para a agroecologia” (Niederle *et al.*, 2019).

A mobilização desencadeada em Recife teria seguimento imediato na Paraíba, onde foi “puxada” pela CUT/PB, os STRs a ela associados e mais quatro ONGs (Diniz, 2002, p. 51), duas delas localizadas no Sertão e outras duas sediadas em Campina Grande, então constituídas por alunos, ex-alunos, professores e outras pessoas que gravitavam na órbita da UFPB/*Campus* II: o CENTRAC, fundado em 1987 e que tinha como foco a assessoria às chapas de oposição sindical e direções dos sindicatos “renovados” (Bastos, 2010, p. 73); e o já citado PATAC, voltado à “difusão de tecnologias apropriadas para o semiárido [em] duas linhas principais de ação: a recuperação, conservação e melhoramento do solo e a captação e armazenagem de água” (Araújo, 1988, p. 45-46). Ambas ONGs atuavam no Compartimento da Borborema, mas o PATAC tinha um escopo de ação mais ampliado (Idem, p. 98).



A principal repercussão do Fórum Nordeste na Paraíba foi a criação da Articulação do Semiárido (ASA) em evento realizado em Campina Grande em junho de 1993 (Diniz, 2002, p. 51), rede que se estenderia a todos os estados do Nordeste e norte de Minas Gerais e que atualmente “envolve mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas – sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONGs, OSCIP etc.” (ASA, 2021). Naquele mesmo ano, a AS-PTA (Assessoria e Serviços em Projetos de Agricultura Alternativa), ONG de abrangência nacional, se instala no Compartimento da Borborema, “introduzindo, de forma mais sistemática e organizada, o debate agroecológico no agreste da Paraíba” (Delgado, 2009, p. 44).

De fato, “a tentativa de construir um outro modelo de desenvolvimento (...) para a região do agreste paraibano teve início através da articulação de dois movimentos: o de renovação sindical e o movimento agroecológico” (Idem), o que se efetivaria por meio da criação do Polo Sindical da Borborema, articulada pela AS-PTA (Piroux *et al.*, 2012, p. 7), CENTRU e CENTRAC (Bastos, 2010, p. 59), “com a participação da assessoria sindical promovida pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFPB” (Idem, p. 73). Resultado de “uma série de acontecimentos mobilizadores” iniciada em 1996 (Idem, p. 66), aquele “polo de renovação sindical” – como na época ficaram conhecidas as formações de STRs “renovados” em determinadas regiões, como no Cariri paraibano (Batista, 1997, p. 150) – seria fundado em 1998 e posteriormente rebatizado como Polo Sindical e das Associações da Agricultura Familiar da Borborema (POAB), resultado da “opção” do sindicalismo rural pela Agricultura Familiar (Idem, p. 52ss), o que refletia o processo de reconfiguração identitária do campesinato brasileiro desencadeada com a instituição do PRONAF (Caniello *et al.*, 2013, p. 86).

Seja como for, quando de sua instalação pelo Governo Federal em 2003, o Território da Borborema caracterizava-se por “um capital social relativamente consolidado” (Caniello *et al.*, 2012, p. 17) e se constituiria como o ponto irradiador da “transição agroecológica” no meio rural paraibano a partir da construção, em 1998, de um “dispositivo de parceria” (Sabourin *et al.*, 2014, p. 19) que envolvia “grupos de agricultores-experimentadores” (Idem, p. 19) mobilizados pelo POAB, a AS-PTA, professores da UFPB dos Campi de Areia e Campina Grande e pesquisadores do CIRAD (Idem, p. 18). Podemos dizer que essa foi a origem do “encontro” dos camponeses do semiárido paraibano com a Agroecologia, posteriormente difundida em outras regiões do estado pela ASA (Piroux *et al.*, 2012, p. 8) por meio de ações como a construção de cisternas para captação e armazenamento de água de chuva (Duqué, 2008, p. 138), o fomento à constituição de “fundos rotativos solidários” (Gonçalves, 2010), a diversificação das espécies vegetais e animais na produção familiar (Duqué, 2008, p. 138), o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para a produção e armazenagem de suporte forrageiro, a implantação de cultivos orgânicos e feiras de produtores familiares, a criação de bancos comunitários de sementes crioulas, o uso de fontes de energia alternativas entre muitas outras. Essas

ações estão no escopo de uma “Carta de Princípios” aprovada no Iº Encontro Nacional da Articulação do Semiárido Brasileiro (ECONASA), realizada em fevereiro de 2000, a qual assenta que a missão da ASA “se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares” (ASA, 2000).

No Território do Cariri, onde a ASA praticamente não atuava início dos anos 2000, o “encontro” do campesinato com a agroecologia seria promovido pelo Projeto Universidade Camponesa (UNICAMPO) (Leal *et al.*, 2004, p. 211; Tonneau, 2004), implementado entre 2003 e 2010 através de uma interação construtivista entre professores da UFCG e pesquisadores do CIRAD com lideranças do já citado processo de “renovação sindical” na região, movimentos sociais (como o MST), ONGs, governos locais e jovens camponeses, inicialmente contando com o apoio do MDA através do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) (Coudel *et al.*, 2009). Esse projeto teria repercussões importantes na construção e dinâmica do Fórum Territorial do Cariri homologado em 2003 pelo MDA em virtude da atuação da Associação de Alunos da Unicampo (AAUC), ONG de assistência técnica criada pelos egressos do projeto (Coudel *et al.*, 2011, p. 84ss), que praticaria “um engajamento coletivo perene dos atores nos dispositivos de governança territorial” (Coudel *et al.*, 2017, p. 162, tradução nossa). O Fórum, por seu turno, seria decisivo para a criação, em 2009, do Campus da UFCG de Sumé, o qual sedia o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), que tem “como referência o paradigma agroecológico”, segundo o seu Projeto Acadêmico (UFCG, 2008, p. 49).

É nesse panorama que o campesinato do Compartimento da Borborema iria acessar as políticas públicas inovadoras voltadas para a Agricultura Familiar desenvolvidas pelos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), notadamente a política territorial, as quais foram descontinuadas pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), e recentemente retomadas no terceiro governo de Lula.

## O ACESSO À POLÍTICA TERRITORIAL

A abordagem territorial, definida como “um novo paradigma para o desenvolvimento rural no Brasil” (Brasil, 2005), estabeleceu a delimitação de “Territórios Rurais” envolvendo conjuntos de municípios “formados em um processo histórico de construção de identidades” (Oliveira, 2008) e a constituição, em cada qual, de uma instância deliberativa, denominada colegiado ou fórum, formada paritariamente por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal. Esses dispositivos de governança territorial efetivaram o chamado “ciclo de gestão social”, isto é, o processo participativo de debate, disputas e concertação sobre o planejamento, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, processo esse que deslindaria uma dialética ativa, produtiva e progressiva entre identidade, participação social e desenvolvimento rural sustentável (Caniello *et al.*,

2012).

A política territorial foi implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), criado em 2003, tendo como pressupostos a articulação, coordenação e cooperação das políticas públicas em escala territorial, as quais deveriam “modificar o território redesenhando as características da vida coletiva, ampliando o quadro de oportunidades e agregando valor à produção dos diversos segmentos sociais, atores do referido território” (Brasil, 2005, p. 4).

O PRONAT financiou projetos de infraestrutura e serviços no âmbito dos territórios rurais e apoio à conformação de instâncias colegiadas de participação que, em alguns casos, avançaram com estratégias e priorizaram investimentos para a promoção agroecológica, como infraestrutura de comercialização, feiras, capacitação e transformação de produtos. No entanto, essa política por si só não chegou a cumprir as expectativas de uma articulação de base territorial que permitisse resolver o “agudo problema de falhas de coordenação” entre atores, instituições, recursos e capacidades para avançar com uma “agenda territorial que supere a soma de suas partes” (Berdegué; Favareto, 2020, p. 29 -30).

Apesar dessa constatação, estudos mostram como, no Compartimento da Borborema, os camponeses, suas organizações e entidades de assessoria adaptaram e se articularam de maneira criativa com os diferentes instrumentos governamentais “ampliando capacidades e níveis crescentes de resiliência e sustentabilidade” (Schmitt *et al.*, 2017, p. 112). Esse processo fortaleceu uma rede de agricultores experimentadores, resultando em ganhos importantes de autonomia e construção de alianças com instituições de pesquisa e universidades, o que se refletiria fortemente nos bons resultados da política territorial no Compartimento da Borborema, como veremos a seguir.

De fato, como se pode observar na Tabela 1, durante os treze anos de execução do PRONAT na Paraíba, foram aprovados 333 projetos de investimento com repasses, em valores correntes, na ordem de 88 milhões de reais. Os colegiados territoriais do Compartimento da Borborema aprovaram 41% desses projetos, sendo que os Territórios do Cariri Ocidental e da Borborema – *lócus* central dos processos de reconfiguração organizativa e conversão produtiva historiados nas seções anteriores – foram os mais efetivos, com 26% dos projetos aprovados no estado, o que demonstra o seu grau diferencial de mobilização.

Tabela 1: Projetos do Proinf – Paraíba e Territórios selecionados (2003-2016)

<b>Território</b>	<b>Projetos</b>	<b>%</b>	<b>Repasse (R\$)</b>	<b>%</b>
<b>Borborema</b>	36	11%	7.177.006,20	8%
<b>Cariri Ocidental</b>	51	15%	9.973.494,32	11%
<b>Cariri Oriental</b>	25	8%	4.651.016,16	5%
<b>Curimataú</b>	19	6%	4.634.726,96	5%
<b>Seridó Paraibano</b>	5	2%	1.050.906,00	1%

<b>Outros</b>	197	59%	60.526.241,68	69%
<b>Total Paraíba</b>	<b>333</b>	<b>100%</b>	<b>88.013.391,32</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria, com dados de SICONV/CEF (2020).

Muitos desses projetos não foram executados em decorrência de vários entraves (Cf. Piraux; Caniello, 2019, p. 373-4), mas as “escolhas” dos colegiados territoriais revelam, por um lado, as preocupações dominantes dos camponeses do semiárido paraibano: a infraestrutura viária precária, os poucos recursos hídricos disponíveis, a baixa mecanização no campo e a dificuldade no acesso aos mercados. Por outro lado, evidenciam também algumas de suas maiores potencialidades: a caprinovinocultura de corte e de leite, em relação à qual o suporte forrageiro é um grande desafio no semiárido, a produção orgânica e as feiras agroecológicas, entre outras.

Os limites deste trabalho não nos permitem aprofundar a análise de todos esses projetos, assim tomaremos o caso do Território da Borborema, onde foram efetivamente implementados 18 projetos, isto é, metade das propostas aprovadas.

Nos anos de 2003 e 2004, quando o colegiado territorial ainda estava em formação, foram encaminhados sete projetos, cujos recursos foram descentralizados diretamente às prefeituras, tendo por objetos: a construção de cisternas e barragens subterrâneas, um Mercado do Produtor e a aquisição de equipamentos e material de consumo para feiras agroecológicas. Como esses projetos passaram ao largo do ciclo de gestão social, não foram realmente “apropriados” pelos atores, mas sim pelas prefeituras.

Em 2005 o colegiado territorial homologou três projetos, sendo o mais importante deles a construção do Banco Mãe de Sementes, uma proposta audaciosa concebida pelo Polo Sindical, tendo como proponente o governo do estado. O caso do Banco Mãe é instrutivo, pois o projeto tem claro viés agroecológico e revela visão de futuro dos atores, pois foi concebido para desenvolver um ativo territorial importantíssimo – as sementes crioulas – que já vinha sendo valorizado por um amplo processo coletivo puxado pela ASA denominado “Sementes da Paixão” (Cf. ANA, 2012).

Entretanto, a obra caminhou a passos muito lentos e, quando concluída no final de 2013, apresentava muitos problemas de construção, o que inviabilizava o seu uso. Com o passar dos anos, esses problemas foram se agravando até que, finalmente em 2019, foram feitos os reparos necessários e o prédio finalmente pôde ser utilizado. Atualmente, o Banco Mãe é gerido por uma cooperativa formada para este fim e, além de ser uma espécie de “banco central” da rede de bancos comunitários de sementes espalhados pelo estado da Paraíba, produz um cuscuz agroecológico e já tem os equipamentos necessários para produzir em larga escala o fubá “flocão”, que tem grande aceitação no mercado nordestino e poderia vir a agregar bastante valor à produção do milho agroecológico.

Outro grande projeto aprovado em 2008 foi a construção de uma Escola Família Agrícola (EFA) no município de Lagoa Seca, numa parceria entre a UEPB e o MST que enfrentou uma série

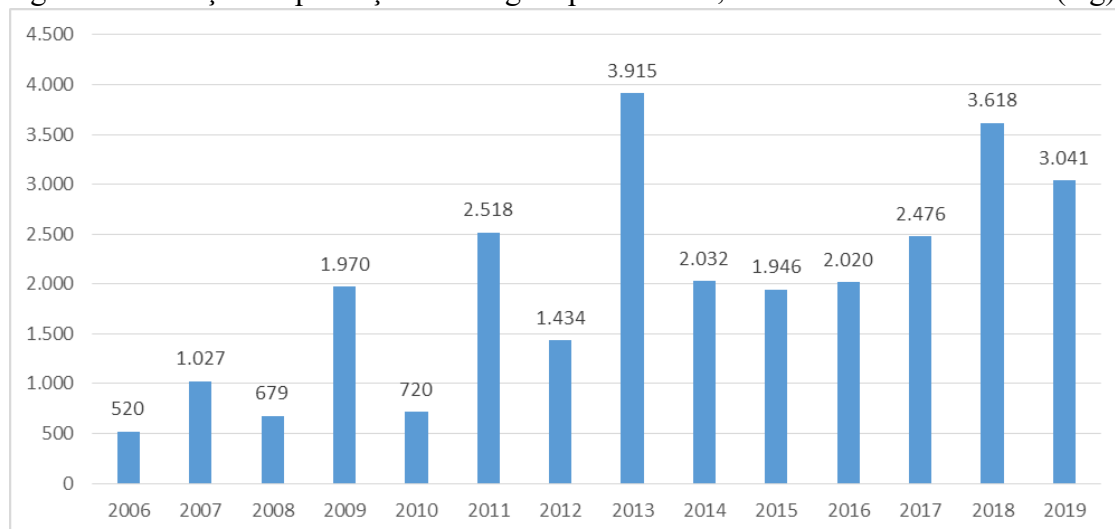
de problemas burocráticos, de projeto e orçamentários, mas cuja obra foi concluída no final de 2014 e atualmente abriga o Centro de Formação Elisabeth e João Pedro Teixeira, administrada pelo MST.

Entre todos os projetos desenvolvidos no Território da Borborema, o mais emblemático – em decorrência de seus sucessos e fracassos – foi o idealizado pelo Polo Sindical e aprovado em 2005 pelo Fórum. Extremamente simples, pois requeria apenas a aquisição de máquinas debulhadeiras e forrageiras que seriam geridas pelos sindicatos, visava a segurança alimentar dos rebanhos por meio da produção de ração em silagem a partir do aproveitamento do pasto natural e de resíduos das culturas tradicionalmente plantadas pelo campesinato da região, o milho e o feijão, usando uma tecnologia simples, os “silos trincheira”, sem dúvida alguma uma tecnologia agroecológica.

Entretanto, quando as máquinas foram adquiridas houve um movimento das prefeituras que reivindicaram o compartilhamento da gestão do maquinário e, assim, houve um acordo em que as forrageiras foram cedidas aos STRs e as debulhadeiras às prefeituras. Em 2011, uma equipe de pesquisadores da UFCG foi à procura desses equipamentos para avaliar seu uso e localizou apenas uma debulhadeira, depositada na garagem de um vice-prefeito. Quanto às forrageiras, todas estavam em pleno funcionamento e eram geridas pelos STRs, que construía uma agenda com seus associados para o uso das máquinas, compartilhando o custeio (em geral, os agricultores pagam o combustível).

Ainda hoje essa dinâmica persiste e, segundo os próprios camponeses por nós entrevistados, o projeto é um grande sucesso, pois garante o suporte forrageiro às criações nos períodos secos, dando maior sustentabilidade à unidade produtiva familiar. De fato, as máquinas forrageiras adquiridas com recursos do PROINF em 2006 produzem, desde então, uma média de 2 toneladas/ano de silagem (Figura 2) – quantidade que oscila em função das estiagens frequentes – beneficiando cerca de 150 famílias camponesas do território todos os anos.

Figura 2: Evolução da produção de silagem pelo POAB, Território da Borborema (Kg)



Fonte: elaboração própria, com dados do Polo Sindical da Borborema (POAB), 2021.

Assim, fica claro que projetos simples, mas bem concebidos, com um plano de gestão viável administrado pelas competências de um capital social organizado e legitimado, tem toda a possibilidade de sustentar-se no tempo, beneficiando os atores do desenvolvimento territorial. Por outro lado, explicita o efeito deletério do poder local sobre a dinâmica territorial, pois se as debulhadeiras estivessem disponíveis muito mais silagem poderia ser produzida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pesquisa de opinião com criteriosa metodologia (Cf. Piraux *et al.*, 2020), realizada no último ano de funcionamento do PRONAT e aplicada a cerca de quatro mil lideranças de 146 colegiados territoriais brasileiros (Walter, 2019), 158 delas dos Territórios da Borborema, Curimataú e Seridó paraibano<sup>7</sup>, apurou-se que, nesses territórios, a democracia na tomada de decisões e o planejamento coletivo do desenvolvimento rural foram consideradas suas melhores “capacidades”, o que condiz com o histórico organizativo reportado neste trabalho. Ademais, quando questionados sobre os resultados do processo de participação promovido pelo PRONAT, 92% das lideranças disseram que esse processo fortaleceu o seu sentimento de pertencimento ao território, enquanto 89% afirmaram que fazer parte do Colegiado contribuiu para mudar a maneira de pensar e agir e 86% asseguraram que a participação no ciclo de gestão social ofereceu benefícios para a entidade ou instituição que representam. Segundo eles, os aspectos que melhor evoluíram no processo de funcionamento dos colegiados territoriais foram a legitimidade dos atores participantes frente à sociedade, o processo de aprendizagem dos seus membros e o sentimento de pertencimento ao território. Essa avaliação sustenta, em larga medida, a proposição esposada neste trabalho de que visão de futuro dos camponeses da Borborema e o “capital social” acumulado por eles no processo de reconfiguração organizativa e conversão produtiva do qual foram protagonistas favoreceram a sua própria potencialização durante o ciclo de gestão social promovido pelo PRONAT. Por outro lado, como vimos na terceira seção deste trabalho, o campesinato da Borborema obteve benefícios concretos com o desenvolvimento de projetos produtivos gestados, pactuados e desenvolvido no âmbito dos territórios.

Portanto, a política territorial deixou um legado positivo nos Territórios do Compartimento da Borborema: uma identidade territorial, social e organizacional reforçada pela criação de bens comuns, confiança e laços entre os atores e suas organizações; os impactos positivos dos projetos de investimento bem sucedidos e a aprendizagem que os malogrados suscitou; a conquista de um *Campus* da UFCG no Cariri voltado ao desenvolvimento sustentável do semiárido; a construção de

---

<sup>7</sup> A pesquisa nesses territórios foi aplicada e tabulada pela equipe por nós coordenada no âmbito do Edital CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 (Ver nota 3). Os Territórios do Cariri Ocidental e Oriental não participaram da pesquisa.

um Centro de Formação do MST na Borborema, onde bem perto funciona o Curso de Bacharelado em Agroecologia da UEPB; um Banco Mãe de Sementes da Paixão articulando as centenas de bancos comunitários de sementes crioulas que preservam os *gêrmens* da sobrevivência do campesinato paraibano; inúmeros silos-trincheira com forragem para as pequenas criações, que são a “poupança” das famílias camponesas do semiárido; a disseminação e o fortalecimentos das feiras da agricultura familiar em várias cidades desses territórios, reavivando quotidianamente, em produtores e consumidores, a mensagem da agroecologia.

Isso foi possível em virtude dos acúmulos proporcionados pela história de resiliência, organização e visão de futuro dos camponeses e camponesas do Compartimento da Borborema que protagonizam a dinâmica do ciclo de gestão social do PRONAT, programa inovador proporcionado por governos que realmente tiveram vontade política de implementar ações concretas para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais brasileiros por meio da disponibilização de políticas públicas participativas e inclusivas para a agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ABREU, J.C. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 7ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988 [1907].

ARAÚJO, E.J. *O dilema camponês: estudo de caso sobre a difusão de tecnologias apropriadas a pequenos produtores rurais do semiárido paraibano*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia/UFPB/Campus II. Campina Grande, 1988.

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). *Sementes da paixão: legitimidade científica e reconhecimento histórico*, 2012. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2012/06/12/sementes-da-paixao-legitimidade-cientifica-e-reconhecimento-historico-jjj/>, acesso em 05/02/2021.

ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). *Declaração do Semiárido: propostas da Articulação do Semiárido Brasileiro para a convivência com o semiárido e combate à desertificação*. Recife, 26 de novembro de 1999. Disponível em [https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO\\_DO\\_SEMI-ARIDO.pdf](https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf), acesso em 04/08/2023.

ASA (Articulação Semiárido Brasileiro). *Carta de Princípios da Articulação do Semiárido Brasileiro*. Igarassu (PE): 2000. Disponível em <https://cedasb-asa.blogspot.com/2011/01/carta-de-principios.html>, acesso em 27/01/2021.

\_\_\_\_\_. *Sobre nós – história*. Articulação do Semiárido Brasileiro, 2012. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>, acesso em 27/01/2021.

BANAL, A. *A via crucis das comunidades quilombolas da Paraíba*. In BANAL, A.; FORTES, M.E.P. (Orgs.), *Quilombos da Paraíba: A realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: Imprell, 2013.

BASTOS, V.V.S. *Uma nova prática de ação sindical: o caso do Polo Sindical da Borborema – Paraíba*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFCG. Campina Grande, 2010.

- BATISTA, F.A. *Movimentos sociais no campo: o caso do STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB (Trajetória política do dirigente Luiz Silva)*. João Pessoa: Imprell, 1997.
- BERDEGUÉ, J.; FAVARETO, A. (2020), “Balance de la experiencia latinoamericana de desarrollo territorial rural y propuestas para mejorarla” in BERDEGUÉ, J.; CHRISTIAN, C.; FAVARETO, A. (Orgs.), *Quince años de desarrollo territorial rural en América latina. ¿Qué nos muestra la experiencia?* Buenos Aires: Teseo, 2020.
- BERTOLAZZI, A. *Novo sindicalismo no campo paraibano: continuidades e mudanças*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia Rural/UFPB, *Campus II*. Campina Grande, 1989.
- BRANDÃO, A.F., *Diálogos das grandezas do Brasil*. 3ª ed. (segundo o apógrafo de Leiden, org. por José Antônio Gonsalves de Mello). Recife: Massangana, 1997 [1618] (Descobrimientos, 8).
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Documentos Institucionais*, Brasil, n. 1, março 2005.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>, acesso em 05/01/2021.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>, acesso em 04/01/2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Boletim Informativo do Programa Cisternas n° 005, 2017b*. Disponível em [http://mds.gov.br/caisan-mds/boletins/Boletim\\_Programa\\_Cisternas\\_mai\\_2017.pdf](http://mds.gov.br/caisan-mds/boletins/Boletim_Programa_Cisternas_mai_2017.pdf), acesso em 04/12/2019.
- CANIELLO, M. Os 25 anos da Pós-Graduação em Sociologia no Centro de Humanidades. *Revista Raízes*, 22 (1), 2003: 110-124.
- CANIELLO, M. O mundo rural paraibano. In CANIELLO, M. *A Paraíba vista pelo NEPP-PB*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022 (Cadernos Teoria e Debate; Leituras da Paraíba).
- CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; BASTOS, V. Capital social e desempenho institucional no Colegiado Territorial da Borborema, Paraíba. *Revista Raízes*, 32 (2), 2012: 11-31.
- CANIELLO, M.; PIRAUX, M.; BASTOS, V. Identidade e participação social na gestão do programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21 (1), 2013: 84-107.
- CAPES. *Ficha de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação – 1984: Curso de Mestrado em Sociologia Rural – UFPB*. Dat. Brasília, 1985.
- CAPORAL, F.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v1, n.1, 2000.
- CARDOSO, C. F. *Escravo ou Camponês? o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARNEIRO, A; CIOCCARI, M. *Retrato da repressão política no campo – Brasil, 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.



COUDEL, E.; SABOURIN, E.; TONNEAU, J-P.; CANIELLO, M. Dynamiques et apprentissages d'une première expérience de construction d'une université paysanne au Brésil. In TURCKEIM, E.; HUBERT, B.; MESSÉAN, A. (orgs.), *Concevoir et construire la décision: Démarches en agriculture, agroalimentaire et espace rural*. Versailles: Éditions Quae, 2009.

COUDEL, E.; CANIELLO, M.; SOUSA, M.L.R.; TONNEAU, J.P. Le projet pilote de l'Unicampo au Brésil. In CLAVEL, D. (org.), *Savoirs et développement rural: Le dialogue au coeur de l'innovation*. Versailles: Éditions Quae, 2011.

COUDEL, E.; TONNEAU, J-P.; BOUSQUET, F.; CANIELLO, M.; CHIA, E.; DARÉ, W.; GURUNG, T.R.; JANKOWSKI, F.; LEAL, F.; LE PAGE, C.; PIRAUX, M.; REY-VALETTE, H.; SABOURIN, E.; TRÉBUIL, G. Apprentissages sociaux pour le développement territorial. In CARON, P.; VALETTE, E.; WASSENAAR, T.; D'EECKENBRUGGE, G.C.; PAPAZIAN, V. (orgs.), *Des territoires vivants pour transformer le monde*. Versailles: Éditions Quae, 2017.

DELGADO, N.G. Sociedade civil, estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do Território Rural da Borborema/PB. *Revista Raízes*, 28 (1,2), 2009: 41-51.

DINIZ, P.C.O. *Ação coletiva e convivência com o semiárido: a experiência da Articulação do Semiárido Paraibano*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB/Campus II. Campina Grande, 2002.

DUQUÉ, G. A contribuição dos convênios para a pesquisa e capacitação. *Revista Raízes*, 22 (1), 2003: 136-137.

DUQUÉ, G. "Conviver com a seca": contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 17 (1), 2008: 133-140.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (62), 2006: 27-44.

FERREIRA, A.P.R.S. *A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPB. João Pessoa, 2010.

FGV. *Depoimento de Manoel da Conceição Santos*. Rio de Janeiro: CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/manoel-da-conceicao-santos>, acesso em 25/01/2021.

FORTES, M.E.P.; LUCCHESI, F. Comunidades quilombolas na Paraíba. In BANAL, A.; FORTES, M.E.P. (Orgs.), *Quilombos da Paraíba: A realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: Imprell, 2013.

FRANCISCO, P.R.M. *Climatologia do estado da Paraíba*. Campina Grande: EDUFPG, 2017.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 10ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

GONÇALVES, A.F. A história dos fundos rotativos solidários no estado da Paraíba: a construção político-institucional de uma política pública. *Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios*, 1 (1), 2010: 225-241.

LADOSKY, M.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O "novo sindicalismo" pela ótica dos estudos do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, 6 (11), 2014: 147-170.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, L. S.; HIRSCH, A.; GUIMARÃES, D. P.; MATRANGOLO, W. J. R.; GONÇALVES, M. T. *Concentração geográfica da Agricultura Familiar no Brasil*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2013.

LEAL, F.; CANIELLO, M.; TONNEAU, J-P.; LIMA, J.P.; ARAÚJO, A.E. Projeto Unicampo: uma experiência de extensão no Cariri paraibano. In CORRÊA, J.E.; CUNHA, E.S.M.; CARVALHO, A.M. (orgs.). *(Re)conhecer diferenças, construir resultados*. Brasília: UNESCO, 2004.

MELLO, A.C.P. de. “*Todos têm certas coisas na cabeça e querem atuar*”: Lições do PATAC, uma ONG que se propõe a melhorar as condições de vida dos camponeses do Nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Sociologia da UFPB, *Campus II*. Campina Grande, 1995.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. *Capítulos de geografia agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

NIEDERLE, P. A.; SABOURIN, E.; SCHMIDT, C. J.; AVILA, M.; PETERSEN, P.; ASSIS, W. A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, 24, 2019: 270-291.

NOVAES, R. R. Memórias e imagens do Mestrado em Sociologia de Campina Grande (elementos de uma versão comprometida). *Revista Raízes*, 22 (1), 2003: 130-135.

OLIVEIRA, J. H.: Programa “Territórios da Cidadania”: uma estratégia de desenvolvimento territorial e garantia de direitos sociais voltados para as regiões de maior fragilidade socioeconômica. *Anais do XIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*. Buenos Aires, Argentina, 2008.

PALACIOS, G. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil. C. 1700-1875. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 30 (3), 1987: 325-356.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. Editorial. Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública (alusivo ao Ano da França no Brasil). *Revista Raízes*, 28 (1,2), 2009: 6-8.

PIRAUX, M.; CANIELLO, M. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. *Revista Raízes*, 39 (2), 2019: 359-379.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P.; DUQUÉ, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 20 (1), 2012: 5-29.

PIRAUX, M.; VALENCIA, M.; CANIELLO, M.; ROCHA, B. Avaliar a gestão social na governança territorial: bricolagem, aprendizagem e hibridação na construção do Índice de Gestão Social (IGS). *Redes (Santa Cruz do Sul)*, 25 (3), 2020: 1071-1095.

PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec; EDUSP; Fapesp, 2002.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Trad.: Luiz Alberto Monjardim. 5ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PLOEG, J.D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

SABOURIN, E.; SIDERSKI, P.; SILVEIRA, L.M.; HOCDE, H. Construção da inovação entre agricultores e pesquisadores: os grupos de agricultores experimentadores no Agreste da Paraíba. *Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 10 (1), 2014: 17-30.

SCHMITT, C; NIEDERLE, P; ÁVILA, M; SABOURIN, E; PETERSEN, P; SILVEIRA, L; ASSIS, W; PALM, J; FERNANDES, G. La Experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la agroecología. In SABOURIN, E; PATROUILLEAI, M.M.; LE COQ, J.F; VASQUEZ, L; NIEDERLE, P. (Orgs), *Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y El Caribe*. Porto Alegre: Evangraf; Criação Humana/Red PP-AL; FAO, 2017.

SILVA, R.M.A. *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008 (Série BNB Teses e dissertações, n. 12).

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Agricultura familiar na Paraíba: Perfil com base no Censo Agropecuário de 2017, *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 133-154, agosto, 2020.

TONNEAU, J-P. *Pensar novos sistemas produtivos camponeses: fundamentos de agroecologia*. Campina Grande: UFCG/Projeto Unicampo, 2004 (Cadernos de Material Didático, n. 2).

UFCG. *Projeto Acadêmico do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – Campus de Sumé*. Campina Grande: UFCG/Secretaria de Projetos Estratégicos, 2008.

WALTER, M. I. *Análise de dados do Índice de Gestão Social – IGS em Territórios Rurais no Brasil em 2016*. Brasília: RETE, 2019.

WANDERLEY, M.N.B. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.